Autarquias: ataques ao Governo e ainda a festa vai no adro

A nota dominante, nos primeiros dias de campanha para as autarquias locais, tem sido o quase generalizado ataque ao Governo Constitucional. Em sessões públicas e comícios sem grande projecção (os partidos parecem reservar-se para o final da campanha), o Executivo de Mário Soares apenas foi poupado nas realizações do PS — e aqui, note-se, os sinais de divisão, visíveis até há pouco, foram atenuados ou desapareceram mesmo.

Claro que quase todas as organizações procuram aludir a questões concretas. Tal, porém, não as impede de inserir as referências num contexto mais amplo, e, segundo as várias perspectivas, criticar — por vezes, em tom mais áspero — o Gabinete Soares.

Álvaro Cunhal, por exemplo, num périplo pelo distrito de Setúbal (em que se realizaram as maiores reuniões deste início de campanha), salientou que «a conspiração contra-revolucionária continua a desenvolver-se impunemente».

E, quando criticava os opositores do Governo, ao referir-se ao PSD/PPD, não deixou de dizer: «Embora entre os seus membros haja tendências diversas». A frase completa: «A política do PPD/ /PSD, embora entre os seus membros haja tendências diversas, é uma política, visando a liquidação da Revolução Portuguesa». Nada acontece por acaso. E no CDS — segundo vários observadores — talvez existam, igualmente (apesar de a outro nível) diversas tendências.

Freitas do Amaral, por sua vez, pergunta se em Portugal há dois Governos (alusão ao Alentejo e ao resto do País), enquato o PSD/PPD salienta a necessidade de o poder local deixar de ser asfixiado pelo centralismo de Lisboa.

Fernando Rosas em conferência de Imprensa, prevê uma derrota do PS no acto eleitoral; o PPM cita Miguel Torga para realçar que, nas pequenas localidades, todos sabem quem são os honestos e os desonestos.

Os GDUP's afirmam ter alargado a respectiva implantação.

Porém, se o que avulta no início da campanha é o generalizado ataque ao Governo, o já referido retorno a certa unidade no seio do PS, segundo nos informou um membro deste partido, «é importante, significativo e permitirá ultrapassar as dificuldades que se deparam ao nosso País, quer a um nível local, quer no seu conjunto».

Resolver problemas do Nordeste

As secções do Partido Socialista do distrito de Bragança, reunidas recentemente em Macedo de Cavaleiros, para análise do momento político actual e resolução de problemas relativos à próxima campanha eleitoral para as autarquias locais, aprovaram uma moção, em que se salienta que, sendo o Complexo Agro-Industrial do Cachão (Mirandela) o motor do desenvolvimento agrícola do Nordeste, e dada a crise de que ainda se não conseguiu libertar, estamos certos de que o primeiro Governo Constitucional contribuirá para a resolução definitiva dos problemas que afligem a pequena e média agricultura e trabalhadores.

Por outro lado, reafirmam o «apoio ao governador civil do distrito, repudiando o boicote que sistematicamente lhe vem sendo feito por forças em nada interessadas no desenvolvimento regional e na consolidação da democracia».

Protestam contra as forças que utilizam bombas e exigem o seu desmantelamento. Confirmam o «incondicional apoio ao Governo socialista» e à aplicação do socialismo em liberdade.

«Existem em Portugal dois Governos?»

No comício do CDS, efectuado ontem, com segurança policial, em Estremoz, no Teatro Benardim Ribeiro, o qual se encontrava repleto, estiveram presentes Freitas do Amaral e Basílio Horta, respectivamente presidente e secretário-geral do partido.

A sessão destinava-se à apresentação do coronel Inácio Correia Tavares, candidato independente que encabeça a lista do CDS para a Câmara Municipal desta cidade, o qual traçou as principais linhas do que se propõe realizar, se for eleito.

Os trabalhos foram iniciados por Maria de Lurdes Cabral, que falou, de modo geral, sobre as eleições para as autarquias locais. Em seguida, usou da palavra Basílio Horta, que afirmou em determinado ponto: «Somos um partido que diz sempre a mesma coisa, que tem o orgulho de ter um só nome e um só projecto político.» Referindo-se ao Alentejo, o orador disse: «A terra alentejana tem de ser restituída à liberdade, pois devemos dizer que o Alentejo não é uma terra vermelha.» E, noutra passagem do discurso, o secretário-geral do CDS acrescentou: «A nossa independência encontra-se cada dia mais perdida, através de empréstimos no estrangeiro, que não sabemos com que pagar e em que vão ser aplicados.»

Finalmente, falou Freitas do Amaral, que começou por se referir ao 1.º de Dezembro e à descolonização, que considerou «exemplarmente escandalosa». Mais adiante, afirmaria: «A nossa independência está em risco, com a crise económica que o País atravessa.» Freitas do Amaral imputou responsabilidades ao PCP nas «acções sindicais, académicas e outras», frisando que elas «agitam a queda do Governo». O presidente do partido considerou como ameaça a divisão do País em dois, dizendo que o CDS o que pretende saber é se «existem em Portugal dois Governos, um no Alentejo, chefiado por Álvaro Cunhal, e outro no resto do País, dirigido por Mário Soares». O prof. Freitas do Amaral falou ainda sobre a questão da Reforma Agrária e da proposta do CDS, apresentada na Assembleia da República. Sobre as principais intenções do seu partido para as próximas eleições, afirmou: «Pretendemos perder de vista o PCP e avisar o PS de que o Povo Português não está satisfeito com a sua gestão.»

EM SANTARÉM — No Teatro Rosa Damasceno, com a lotação esgotada, realizou-se, anteontem, o início da campanha eleitoral para as autarquias locais com sessão promovida pelo CDS.

O dr. Henrique Cruz, secretário distrital daquele partido, fez a apresentação dos oradores, que se lhe seguiram no uso da palavra: capitão Carlos Godinho, presidente distrital do CDS de Santarem; dr. Vieira Pinto, presidente distrital de Setúbal; e os deputados por Santarém, drs. Cunha Simões e Martins Canaverde, que dissertaram sobre o acto eleitoral, pondo em relevo as prorrogativas e a importância política e administrativa dos órgãos a eleger.

A encerrar a sessão, e muito ovacionado, falou o prof. Freitas do Amaral, que, além de pôr em destaque a importância das eleições para as autarquias locais, afirmou ser um dever de todos os portugueses estarem presentes naquele acto, dissertando ainda sobre as controvérsias políticas da vida do País, da Assembleia da República, e quanto à hora grave, quer económica, quer social e política, por que o Povo Português está a passar.

FEPU não é pseudónimo do PCP

Promovida pela Frente Eleitoral Povo Unido, realizou-se na Cooperativa Acto uma sessão de esclarecimento, que principiou por um recital de canto livre, em que interveio Vítor Ferraz.

Durante a sessão usaram da palavra Graça Mexia, candidata à Câmara Municipal de Lisboa e os candidatos à assembleia da freguesia de Nossa Senhora de Fátima, Virgílio Pardal, Ermelinda Rodrigo, Raul Real, Joaquim Cruz, Palmira das Neves e Marinho de Abreu.

Ermelinda Rodrigues explicou como apareceu a lista apoiada pelos FEPU na freguesia de Nossa Senhora de Fátima e disse que um grupo de moradores pretendia concorrer com uma lista independente, com o nome de LUM (Lista Unitária de Moradores), mas que não conseguiram recolher as assinaturas necessárias para a sua legalização, o que os obrigou a pedirem o apoio da FEPU.

Marinho de Abreu explicou o que são as autarquias locais relacionando-as com o poder central e o poder local.

Graça Mexia frisou a importância do poder local, afirmando que «neste momento o poder central não é da nossa confiança, que o Governo não governa e que a recuperação capitalista é diária».

Mais adiante disse «se ganhar a direita nestas eleições o CDS e o PSD/PPD pedirão a dissolução da Assembleia da República». Desmentindo o que alguns dizem que a FEPU é um pseudónimo do PCP, adiantou que «houve milhares de aderentes sem partido e que cerca de setenta por cento dos candidatos da FEPU não pertencem nem ao PCP, nem MDP/CDE nem à FSP» e existem também candidatos que são militantes do Partido Socialista. No final houve um debate entre a mesa e a assembleia.

NOITE DE FADO — Amanhã, às 21 e 30, em Agualva-Cacém (Bombeiros Voluntários), a FEPU leva a efeito uma «grande noite de fado».

Cunhal: «Há uma conspiração contra-revolucionária

Defendendo as posições da Frente Eleitoral Povo Unido, Álvaro Cunhal, participou em três comícios no distrito de Setúbal, em Ermidas no Barreiro e em Grândola. A tónica do secretário-geral do PCP foi a de que não pretendia a queda do Governo Socialista para abrir caminho a um Governo com Sá Carneiro ou Freitas do Amaral. Seria, de resto, inesperadamente benévolo para com o PPD/PSD ao aceitar a existência neste partido de tendências diversas, mas só para acentuar que o Governo tem de contar com a participação dos comunistas

Em Ermidas, onde iniciou o seu périplo sadino, Cunhal afirmou: «As listas do Povo Unido não são só de comunistas, são de comunistas e de todos aqueles que quiserem unir-se aos comunistas e que nós muito respeitamos com as suas ideias diferentes das nossas, mas que compreendem a necessidade de estarmos todos unidos para defender os interesses das populações, bem como a liberdade e a democracia em Portugal». Acrescentou: «Se há socialistas aqui presentes, quero dizer que estamos sempre prontos a ver com eles soluções comuns para nos entendermos, para podermos lutar todos pela defesa das liberdades e dos interesses dos trabalhadores».

Em Grândola, o secretário-geral do PCP defenderia as conquistas da Reforma Agrária, para, mais tarde, no Barreiro acentuar: «A conspiração contra-revolucionária continua a desenvolver-se impunemente. O CDS é face legal da reacção clandestina, da conspiração contra-revolucionária de actividades terroristas. A política do PSD/PPD, embora entre os seus membros haja tendências diversas é uma política visando a liquidação da Revolução portuguesa. O CDS e o PPD são os representantes e as organizações políticas dos grandes capitalistas e dos grandes agrários, da gente da CAP e da CIP. O seu grande objectivo é conquistar o poder político, restaurando em Portugal o domínio dos monopólios e dos latifundiários, instaurando uma nova ditadura. É necessário fazer-lhes frente e derrotá-los. Tal como sucedeu nas eleições para a Assembleia da República é necessário, no dia 12 derrotar o CDS e o PPD».

Contra asfixia do Poder local

«As autarquias locais não precisam que lhes prometam apoios financeiros. Do que elas precisam é que, finalmente lhes seja reconhecido o direito de decidir e tratar dos seus próprios problemas. O que elas exigem é que lhes seja atribuída a independência financeira que a Constituição lhes garante» — afirmou Olívio França, cabeça de lista do PPD/PSD no Porto, durante uma conferência de Imprensa.

Mário Cerqueira, concorrente à presidência do Município, sublinhou:

«Os candidatos do PPD/ /PSD nada prometerão às populações, para além do seu forte empenhamento em lutar pela resolução dos grandes problemas da cidade. Na realidade, enquanto não se der cumprimento ao preceituado na Constituição no sentido de os órgãos do poder local disporem de receitas próprias capazes, não poderão ser satisfeitas as necessidades das respectivas populações, continuando a ter de se esmolar subsídios e comparticipações ao poder central».

Das palavras de Olívio França, referimos ainda:

«Não haverá democracia, enquanto a freguesia e o Município desempenharem simples funções de execução, concentrando-se no Governo e nos serviços centrais o monopólio da decisão. A centralização administrativa, em que o País, tem vivido, aliada ao concentracionismo financeiro, tem constituído uma autêntica estrutura de paralisia, impondo às populações a permanente mordaça asfixiante do Governo de Lisboa.

«É por isso que, no próximo dia 12 de Dezembro, os portugueses vão dar mais um passo decisivo na construção da democracia em Portugal. Vão eles, de facto, eleger as pessoas que hão-de governar as suas freguesias e os seus municípios; vão, portanto, escolher aqueles que hão-de transformar as autarquias locais em centros vivos, onde se polarizem os interesses e os anseios das populações».

COMÍCIO — Depois de amanhã, às 21 e 30, no Pavilhão dos Desportos, os candidatos do PPD por Lisboa, participam num comício. Será feito o lançamento da obra «Pelo Direito à Casa», de Helena Roseta, concorrente à presidência do Município.

Aderem membros do PS e do PCP

As listas do Movimento de Unidade Popular (inscrito no STJ, ainda como Grupos Dinamizadores de Unidade Popular), são mais amplas do que as dos GDUP's locais, em consequência da adesão de militantes do PCP e do PS — segundo afirmaram dirigentes do Movimento, durante um encontro com jornalistas.

Foi dito que: «O I Congresso dos GDUP's, que constituiu o Movimento de Unidade Popular (MUP), representou uma grande vitória de todos os que estão verdadeiramente empenhados na luta, sem tréguas, contra a ameaça fascista, a recuperação capitalista e a ingerência imperialista.»

Acentuaram que não concorrem com objectivos eleitoralistas, mas para aproveitar as possibilidades da campanha, no sentido de acentuar a luta contra os que consideram inimigos do povo.

Disseram: «Apesar dos boicotes e das impugnações de que as nossas listas foram alvo, prosseguiremos nesse campo de luta, que são as eleições para as autarquias, porque esta é uma das batalhas a travar, embora não seja a mais importante. Não se toma o poder ficando nas câmaras, mas, sim, estando com o povo, participando activamente na luta de massas.»

Por outro lado, os candidatos pelo concelho de Lisboa, foram apresentados durante uma festa, no Terreiro do Paço.

Os GDUP's de numerosas freguesias, alinharam as suas bancas ao abrigo da chuva e distribuíram programas de candidaturas, venderam publicações diversas e autoclantes, dialogaram com as pessoas, inscreveram palavras de ordem ou uma descrição dos principais problemas da respectiva área. Em grandes cartazes ou pequenas tarjetas, a imagem de Otelo esteve presente. Entre os problemas, mais insistentemente focados, aponta-se o da existência de bairros de lata.

Nas bancas havia também comes-e-bebes. Num pequeno palco, um grupo de Almada apresentou, durante a tarde, diversas canções, tendo actuado outros artistas.

A festa durou desde as 10 horas da manhã até ao fim da tarde, e foi prejudicada pela chuva.

«Quem não conhece os honestos e os desonestos?»

«Um acto eleitoral que devia ser alheio às disputas e confrontações dos partidos políticos, cedo começou a ser perturbado «por acções partidárias tendencialmente triunfalistas e cesaristas» — afirmam os membros do executivo distrital de Coimbra, do Partido Popular Monárquico, num comunicado ontem distribuído.

«E, quando era de desejar que os leitores pudessem escolher «pessoas e não ideologias» — prosseguem —, «que estivesse garantida a «escolha de pessoas conforme as suas qualidades e condições para representar e defender os interesses locais e para gerir a respectiva organização (a nível municipal, regional ou de freguesia) independentemente das simpatias ou filiações partidárias conhecidas», o que cedo se começou a observar foi certos dirigentes a «tentar perturbar a escolha democrática dos órgãos das autarquias locais levantando espectros» que não são mais que uma capa dos seus receios de perder as tais «posições conquistadas».

Citamos ainda: «Poder-se-ão aqui inserir, com a devida vénia e muita simpatia, as palavras do grande homem de letras, Miguel Torga: «Quem não conhece na sua aldeia os honestos e os desonestos, os capazes e os incapazes, os sinceros e os insinceros, o progressivos e os retrógrados? E quem não distingue à primeira vista, numa tribuna, um pregador do possível de um pantomineiro do impossível? Pois serão os honestos, os capazes, os sinceros, os progressivos e os pregadores do possível, que deveremos escolher, por muito que nos atanaze o compadre Fulano e se amofine o senhor Cicrano». Nelas se fala com pessoas com qualidades e capacidades e não com ideologias.»

Mais adiante: «O PPM não acredita (e cedo disso preveniu) que das eleições do próximo dia 12 de Dezembro possam sair órgãos executivos eleitos e eficazes. Acredita antes que essas eleições «irão decorrer em termos que não serão os mais favoráveis à expressão da vontade consciente das populações». Mas o PPM espera, no entanto, e apesar de tudo, que essas eleições «possam ser um passo em frente no reencontro e recuperação do País real» que ideologias estranhas e soluções importadas fizeram perder e amordaçaram. O PPM — Coimbra — congratula-se porque algumas organizações partidárias tenham desistido de formar listas em alguns municípios, onde podiam perfeitamente tê-las organizado, por entenderem que listas apresentadas por outras organizações partidárias ou por núcleos de cidadãos ofereciam garantia de representatividade, democraticidade, competência e aceitação suficientes.»

Este partido, no distrito, apenas patrocina a lista para a Câmara de Mira, «visto que, por motivos que o PPM tem que ceitar como válidos, não foi aceite a lista apresentada (...) para a Câmara Municipal de Coimbra».

Derrota do PS

Fernando Rosas, candidato do MRPP à presidência da Câmara Municipal de Lisboa ontem, em conferência de Imprensa, afirmou que os resultados destas eleições marcarão uma derrota do Partido Socialista, em virtude das medidas «antioperárias e antipopulares», que o Governo tem tomado.

Fernando Rosas fez questão, por outro lado, de acusar o PS de «manipulação das leis eleitorais», com o objectivo de prejudicar a candidatura de certos partidos, em especial o MRPP.

O director da «Luta Popular» afirmou que o seu partido apresentaria «candidaturas em locais que correspondem a cerca de 50 por cento do total dos eleitores» do País. Também revelou que, nas autarquias em que o seu partido não apresenta candidatura própria, «aconselhará o voto em branco, a menos que apareçam listas de cidadãos sem partido e democratas, que terão então o apoio do MRPP».

O Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado concorrerá, no distrito de Lisboa, a 11 câmaras municipais, 75 freguesias e uma assembleia municipal. No distrito de Setúbal, candidata-se a 10 das 13 câmaras, 6 das 13 assembleias e 16 freguesias.

Para o MRPP, o principal objectivo das eleições «é unir os trabalhadores num programa de luta para a defesa dos seus interesses». Por outro lado, esta campanha seria «aproveitada para uma mobilização para o seu primeiro congresso, que terá lugar nos dias 26, 27 e 28 do corrente mês».

De facto, «para os marxistas-leninistas-maoístas, para o meu partido, trata-se de não abandonar as massas à demagogia e às ilusões dos partidos da burguesia, trata-se de fazer desta campanha uma jornada de propaganda (...), agitação e organização dos operários, dos camponeses e de todo o povo, de isolar e desmascarar o revisionismo e todo o oportunismo, de fortalecer o movimento revolucionário das massas e de frustrar a manobra da trégua eleitoral». Porque, segundo Fernando Rosas, «para a burguesia, as presentes eleições são uma forma de desviar o movimento de massas dos seus objectivos revolucionários, de procurar impor uma trégua na luta de classes e uma forma de obter uma administração barata do seu Estado, a nível local»

Votos no CDS e no PSD

Reafirmar a sua existência, reiterar os seus propósitos de intervir, se necessário, e assegurar a sua intervenção, a defesa de princípios e a presença da democracia-cristã — eis algumas razões que levaram o PDC a participar nas eleições das autarquias, segundo foi afirmado em Aveiro, durante uma conferência de Imprensa.

O partido apenas concorre em três concelhos daquele distrito, e só em assembleias municipais.

No que respeita às câmaras, o PDC aconselha que os seus eleitores votem no CDS, em Aveiro, e no PSD/PPD, em Oliveira de Azeméis e Vila da Feira. Quanto às freguesias restantes, aconselha os seus eleitores a votarem de acordo com os interesses locais, competência dos candidatos e salvaguarda dos princípios cristãos, através dos componentes das listas.

Estiveram na conferência: o dr José de Melo, do directório; Angelo Carvalho Lopes, da comissão distrital e mandatário pelo concelho de Aveiro; Manuel de Almeida Ferreira dos Santos e Manuel Francisco de Sousa, respectivamente, pelos concelhos de Oliveira de Azeméis e Vila da Feira.

Soares na TV francesa

PARIS, 2. — O Primeiro-Ministro português, Mário Soares, fez o ponto da situação do seu País, dois anos e meio após a Revolução, numa emissão da segunda cadeia da televisão francesa, intitulada, «Os Cravos Murchos de Lisboa».

Em directo de Lisboa, Mário Soares declarou, designadamente, que «Portugal talvez esteja um pouco cansado das agitações que o abalaram desde 25 de Novembro de 1974, mas que não se deve esquecer que temos no nosso activo grande número de realizações estruturais no País,

Destacando as nacionalizações efectuadas em Portugal, as experiências de autogestão e as transformações económicas e sociais «enormes», o Primeiro-Ministro português opinou que «já realizámos no nosso País mais do que o programa da União de Esquerda em França prevê, caso a Esquerda suba ao Poder em França».

No que se refere à Reforma Agrária, Mário Soares declarou, em substância, que será levada a cabo, mas evitando deixar as mãos livres aos comunistas no Sul de Portugal.

Depois de haver evocado os problemas que levanta ao seu País, a reconstrução económica, o Primeiro-Ministro português concluiu dizendo que o seu regime «prevê uma co-existência entre o sector público e o sector privado, estando entendido que é o sector público, o da indústria pesada e da banca nacionalizada, que é o motor do progresso económico em Portugal».—(FP)

PUBLICIDADE

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

SEDE: Av. da República, 27-29 — Telef 57 40 73 — LISBOA

CONVOCATÓRIA

CCT ARMAZENISTAS DE PAPEL

Convocam-se todos os trabalhadores do sector para uma reunião na sede do nosso Sindicato, na próxima sexta-feira, dia 3, pelas 20 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Informações sobre o CCT.

COMPARECE E PARTICIPA NA LUTA PELA CONQUISTA DO CCT!

Lisboa, 26 de Novembro de 1976.

Pela DIRECÇÃO
António Silva da Costa